



**APOSTAR NA NEGOCIAÇÃO  
PARA GANHAR RESULTADOS**

**EDITORIAL****P.3** APOSTAR NA NEGOCIAÇÃO PARA VALORIZAR SALÁRIOS E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO**AÇÃO SINDICAL****P.4** FNE DEFENDE FIM DAS VAGAS PARA PROGRESSÃO NA CARREIRA PARA TODOS OS DOCENTES  
**P.5 À P.8** O ANO DA FNE EM IMAGENS**ENTREVISTA****P.9 À P.13** MANUELA TEIXEIRA: “PRECISÁVAMOS DE UM GOVERNO COM UM GOLPE DE ASA”**ESTUDO****P.14, P.15** AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGENS EM ESTUDO DA GULBENKIAN**NA MINHA OPINIÃO****P.16** OS PROFESSORES ESTÃO CANSADOS DE SER MAL TRATADOS - MANUEL TEODÓSIO - SPZC**NÃO DOCENTES****P.17** OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES E AS CARREIRAS ESPECIAIS - JOÃO RAMALHO - STAAEZC**INTERNACIONAL****P.18 À P.20** CPLP-SE NA GUINÉ-BISSAU COM A INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO**SAÚDE****P. 21** INTEGRAR A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NA EDUCAÇÃO**LEGISLAÇÃO****P.22** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE OUTUBRO A 25 DE NOVEMBRO DE 2022**+VANTAGENS FNE****P.23** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

dezembro 2022

**proprietário**  
Federação Nacional da Educação**diretor**  
João Dias da Silva**produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares**secretariado**  
Teresa Morais**sindicatos membros**Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \*  
Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*  
Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \*  
Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \*  
Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \*  
Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas**tesoureiro**  
Joaquim Fernandes**redação**  
Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*  
tel. 225 073 880 \*  
secretariado@fne.pt**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques e Tiago Soares

# APOSTAR NA NEGOCIAÇÃO PARA VALORIZAR SALÁRIOS E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As grandes mudanças que ocorreram no passado em termos de valorização dos trabalhadores que representamos resultaram sempre de um empenho muito forte em processos negociais longos e complexos, amplamente participados e que às vezes foram complementados pelo recurso à luta, quando estávamos perante bloqueios que impediam as condições para um acordo.

Estamos neste momento num quadro em que se torna imperioso que se definam novas políticas que reponham a atratividade das carreiras, que combatam as perdas salariais significativas com que estamos confrontados e que afirmem a importância das nossas responsabilidades na sociedade.

O Ministério da Educação lançou o debate sobre uma nova formulação para a legislação que regula os concursos de professores, sabendo que o atual enquadramento se revela injusto e ineficaz, com prejuízos para os alunos e sem respeitar os interesses de educadores e professores. Esta é uma oportunidade para que se trabalhe afinadamente para que se acabe com a precariedade e para que se dê estabilidade e previsibilidade aos docentes portugueses. Este é um processo que exige a apresentação de propostas e contrapropostas que permitam a avaliação das diferentes possibilidades, permitindo que se encontre uma solução equilibrada e sobretudo justa, em que a FNE não abdica do respeito pela graduação profissional em todas as etapas do seu desenvolvimento. O processo negocial está a decorrer e da nossa parte há todo o empenho para que se chegue a bons compromissos.

Mas, para além deste domínio de negociação, a FNE sublinha as expectativas que devemos explorar em relação ao desenvolvimento do acordo plurianual celebrado para a Administração Pública, onde se abre o espaço para a valorização das carreiras especiais, em que se integra a dos educadores e professores. Há matérias muito significativas que devem ser aí incluídas, desde as que dizem respeito à valorização dos salários, ao desenvolvimento da carreira e ao modelo de avaliação de desempenho.

Este é, assim, o tempo para nos focarmos nas negociações, para evoluirmos na busca de boas soluções.

Temos consciência de que os educadores e professores acumulam muitas insatisfações, e que tardam em as ver ultrapassadas. É por isso mesmo que da nossa parte há todo o empenho em que o mais rapidamente possível estas questões sejam incluídas em processos negociais a lançar proximamente.

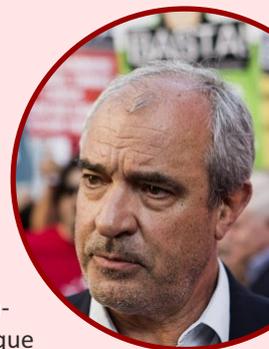
Em relação aos trabalhadores não docentes, e sem esquecer os avanços já obtidos nas mais recentes negociações, não desistimos de continuar a trabalhar pela definição dos respetivos conteúdos funcionais, com vista à reposição das respetivas carreiras especiais.

Os sindicatos da FNE estarão sistematicamente próximos de todos os educadores e professores e trabalhadores não docentes, informando e recolhendo as opiniões de todos, para que os processos negociais decorram com toda a transparência e elevados níveis de participação. E isto tem-se feito e continuará a ser feito com a divulgação de toda a informação, promovendo todos os debates que se tornem necessários para a clarificação das propostas e para a definição das contrapropostas.

A nossa aposta vai neste momento para processos negociais sérios e que conduzam às soluções que melhor sirvam os que representamos. A haver necessidade de recorrer à luta, não deixaremos de o fazer também empenhadamente.

É neste sentido que continuaremos a trabalhar, no respeito pelos valores com que a FNE se afirmou quando há 40 anos atrás se constituiu, pela dignificação e valorização de todos os trabalhadores que representa.

E porque um novo ano se anuncia, apresentamos os melhores votos de sucessos pessoais e profissionais para todos.



*João Dias da Silva*

João Dias da Silva  
Secretário-Geral da FNE



## FNE DEFENDE FIM DAS VAGAS PARA PROGRESSÃO NA CARREIRA PARA TODOS OS DOCENTES

A FNE esteve reunida na tarde de 29 de novembro com o Ministério da Educação (ME) para mais uma ronda negocial.

Em cima da mesa estavam especificamente três matérias para debate com a primeira a relacionar-se com a questão da contagem de tempo de serviço para efeitos de concurso prestado em creches por titulares de habilitação profissional para o GR 100 - Pré-Escolar.

E sobre esta matéria, para além do que foi o compromisso do ME em contabilizar todo o tempo de serviço para efeitos de concurso prestado por Educadores de Infância em creche, a FNE desafiou a tutela - uma vez que não está previsto - a contabilizar o tempo relacionado com o exercício em cargos pedagógicos realizado por estes Educadores em determinadas circunstâncias.

Depois seguiu-se um segundo assunto ligado à proposta de dispensa do requisito de obtenção de vaga previsto na alínea b), nº 3, Art. 37º do ECD para os docentes titulares do grau académico de doutor, em domínio diretamente relacionado com a área científica que lecionem ou em Ciências da Educação.

A FNE defendeu que desde o início importa determinar que, em sede deste Estatuto, se eliminem de uma vez os constrangimentos de acesso aos 5º e 7º escalões para todos os professores e não apenas para aqueles que tenham um grau de Doutor. A proposta apresentada pelo Ministério da Educação vai no sentido de apenas eliminar os constrangimentos a quem tem grau de Doutor. A FNE discorda desta proposta e defende a eliminação dos constrangimentos àqueles dois escalões para todos os professores.

Além de mais, a FNE verificou aquilo que pode ser uma injustiça a somar a outra: é diferente equacionar um professor que tenha a sua residência nos grandes centros onde há muita oferta de Ensino Superior com aqueles que moram no

interior e onde o acesso não é tão facilitado para adquirir aquele grau académico. Devido a isto, a FNE transmitiu ao ME que não vai acrescentar mais desigualdades e injustiças à perceção de uma carreira que queremos atrativa e valorizada. E isso só será alcançado quando forem eliminadas em definitivo as vagas de acesso aos 5º e 7º escalões para todos os professores.

A terceira e última questão abordada resumiu-se ao regime de seleção e recrutamento destinado ao pessoal docente do ensino artístico especializado das artes visuais e dos audiovisuais e de um concurso externo extraordinário destinado aos atuais docentes dessa modalidade de ensino, muito em concreto relativo aos docentes da Escola Artística Soares dos Reis (Porto) e Escola Artística António Arroio (Lisboa).

Havendo uma concordância com aquilo que é a consideração e respeito e a tentativa de resolver em definitivo o problema destes professores, a FNE não podia deixar de lembrar ao ME que há outras situações que também merecem da sua parte uma análise atenta, tais como os professores de mecanotecnica (grupo 530) e também os professores do ensino artístico, nomeadamente de teatro, porque são grupos de docentes que vivem na precariedade e para os quais é necessário criar grupos de recrutamento e também encontrar medidas que os possam defender, nomeadamente, em alguns casos, na resolução do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública) que, segundo informação obtida pela FNE junto da tutela, está em vias de conclusão.

No fim ficou um sinal que indica que quando a FNE está nestes encontros com a tutela o que diz dentro da sala de reuniões diz fora dela além da garantia de que a transparência e forma de negociar da FNE é a mais correta e que os Trabalhadores da Educação podem confiar na FNE e nos seus Sindicatos.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 

# FNE EM 2022

**o ano em imagens**



## janeiro



FNE organizou o seminário «E agora, Educação...?» com a participação dos partidos políticos e um webinar no IV Dia Internacional da Educação.

## fevereiro



Apresentação aos partidos políticos do Roteiro para a Legislatura 2022 a 2026. FNE mostrou toda a sua solidariedade com a Ucrânia através de várias iniciativas.

## março



X Convenção Nacional realizada na Maia e o webinar dedicado ao Dia Internacional da Mulher.

## abril



Assinatura do novo CCT com a CNEF e primeira reunião com o novo Ministro da Educação, João Costa.

maio



Celebração do Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo em Torres Vedras e regresso do 1º de Maio em modo presencial na UGT.

junho



Reunião com a DGAE e webinar sobre Mobbing.

julho



Conferência de imprensa de balanço do ano letivo 2021/22. Secretariado Nacional e Conselho-Geral da FNE de final de ano letivo no Luso.

agosto



Regresso das reuniões nas instalações do Ministério da Educação.

## setembro



*Campanha «Limpeza de Praias» e nova reunião no Ministério da Educação.*

## outubro



*Segunda edição da EduSummit realizada em modo híbrido e concerto de celebração do Dia Mundial do Professor 2022, com a fadista Carla Teles.*



## novembro



*Celebração do 40 aniversário da FNE e comemoração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente no Seixal.*

## dezembro



*Reunião no Ministério da Educação.*

# entrevista



3 2 2 3 8 5

5 meses	( )	Diamantino Duro - 1991
1,5 ano	++	Couto dos Santos - 1992
2 anos	( )	Manuela Ferreira Leite - 1993
4 anos	+	Margal Grilo - 1995
1 ano	+	Guilherme D'Oliv Martins - 1999
1 ano	+	Augusto Santos Silva - 2000
9 meses		Julio Pedrosa - 2001
2 anos	-	David Justino - 2002



**MANUELA TEIXEIRA**  
Ex-Secretária-Geral da FNE

# MANUELA TEIXEIRA, EX-SECRETÁRIA-GERAL DA FNE: “PRECISÁVAMOS DE UM GOVERNO COM UM GOLPE DE ASA”

Para Manuela Teixeira, ex-Secretária-Geral da FNE e ex-Presidente da UGT, os seus momentos mais altos à frente da federação foram a criação da Carreira Única e a efetivação maciça de professores. Nas negociações, não queria apenas ser ouvida, mas também participar nas decisões. A partir de determinada altura só aceitava fazer acordos escritos, alterando estratégias, mas sempre com os mesmos objetivos.

Nesta segunda parte da entrevista, Manuela Teixeira sublinha que “precisávamos de um governo que tivesse um golpe de asa” e que mostrasse respeito pelos professores. Em sua opinião, ao integrar os não docentes a FNE adquiriu uma visão mais integral da escola. Quanto ao digital e ao futuro da educação ela tem uma certeza: as pessoas não devem e não podem ser educadas por máquinas.

## JF - QUE MINISTROS DA EDUCAÇÃO MAIS A MARCARAM?

MT - Foi sem dúvida o Professor Vítor Crespo (1980-1982), com quem conseguimos muitos avanços em várias áreas. Também o professor João de Deus Pinheiro (1985-1987), com quem tive uma relação muito fácil e o Engenheiro Couto dos Santos (1992-1993). Estes são todos os PSD, mas também tive relações muito cordiais e simpáticas com o Professor Marçal Grilo (1995-1999), com o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins (2000) e com o Professor Santos Silva (2000-2001). Dava-me bem com todos, porque todo eles eram pessoas com quem era fácil debater ideias.

## JF – DE ENTRE TODOS, QUAL FOI O QUE LHE DEU MAIS LUTA? É FAMOSO O DUELO DAS "MANUELAS"....

MT - É engraçado porque a Manuela Ferreira Leite tinha sido, anteriormente, Secretária de Estado do Orçamento e nós dávamo-nos muito bem e até tivemos de ir falar várias vezes com ela sobre as cotas sindicais que entravam nas escolas e depois não chegavam aos sindicatos e ela resolveu-nos vários problemas desse tipo. Quando Ministra tivemos uma luta feroz, porque como ela entendia que quem mandava e “ditava” era o Ministério, reduzindo-se as organizações sindicais a meros conhecedores prévios das decisões governamentais, o que chocava frontalmente com a nossa perspetiva e a prática das relações que tínhamos conseguido conquistar. Depois de

múltiplas reuniões do mesmo tipo comunicamos à senhora Ministra que não voltaríamos a reunir com ela.

No plano de luta que traçamos, fizemos uma manifestação em Lisboa que se concluiu com uma intervenção minha, feita com megafone em cima de uma carrinha de caixa aberta, em frente ao Ministério da Educação e foi aprovada uma moção para ser entregue no Ministério. Fui com os dois Vice-Secretários-Gerais, Luís de Melo e José Ricardo Coelho, deixar a moção na portaria para ser entregue à Ministra. Disseram-nos que a Dra. Manuela Ferreira Leite estava à nossa espera para reunir. Recusei o encontro naquele momento.

Depois de Manuela Ferreira Leite sair do Governo, houve umas eleições a que o Professor Cavaco Silva concorreu para a Presidência da República e estivemos num evento para gravação de tempos de antena. Fui ter com a Manuela Ferreira Leite e disse-lhe: "Nós já nos demos muito bem e muito mal. Mas a senhora já não é Ministra da Educação e acho que podemos tornar a dar-nos bem". Ela respondeu: "Acho muito bem", demos um beijinho e ficaram as pazes feitas ali. Essa relação de amizade que se reforçou no tempo não me impede de considerar que, em termos de luta sindical com o Ministério, a Manuela Ferreira Leite dava uma luta insuportável. Ela chamava-nos, ouvia-nos, mas depois nunca alterava nada. E eu cheguei a dizer-lhe que para aquilo não valia a pena ir do Porto a Lisboa

***"A relação de amizade que se reforçou no tempo não me impede de considerar que, em termos de luta sindical com o Ministério, a Manuela Ferreira Leite dava uma luta insuportável".***



**"Acho que tanto a Carreira Única como a vinculação realizada nos anos oitenta são pontos fulcrais na inovação que a FNE trouxe ao sindicalismo português".**

**JF - Que objetivos iniciais da FNSP foram adaptados à realidade com o passar do tempo?**

**MT -** Acho que não tivemos muito que mudar porque nós lutávamos pela melhoria da escola e isso, em todos os tempos, é necessário. Lutávamos, também, pelos professores, luta que estendemos, posteriormente a todos os profissionais da educação. Podem alterar-se as estratégias, mas os objetivos mantêm-se.

#### **A COR DOS GOVERNOS ERA INDIFERENTE**

**JF - Quais foram os seus momentos mais altos à frente da FNE?**

**MT -** Os mais altos foram o da criação da Carreira Única e o da efetivação maciça de professores num determinado momento histórico. Quanto à carreira única, que não existia em mais nenhum país, fui convidada pela Internacional da Educação para explicar a lógica da nossa carreira, numa sessão plenária que teve lugar no Japão e todos manifestaram a vontade de ter algo similar.

Entendíamos que a progressão na carreira devia articular-se com uma avaliação de desempenho sustentada por dois alicerces: exigência de formação para progressão e garantia da não existência de quotas. O tipo de avaliação a realizar foi também uma criação nossa, que se foi concretizando através de discussões amigáveis entre a Conceição Alves Pinto (então Presidente do SDPGL) e eu própria, para vermos o que podia ser o conteúdo do currículo exigível para progressão ao 8º escalão.

A outra grande luta foi pela vinculação de professores, como já referi anteriormente. Com esta vinculação garantia-se estabilidade aos professores e às escolas. Esta última não se tornou tão efetiva quanto devia ser, porque existiu muito laxismo dos serviços que aceitavam muitas dispensas de serviço a docentes que estavam colocadas mais longe do local da sua residência.

**JF - Abandona a FNE em 2004, após 22 anos à frente da Federação. Quais as maiores diferenças entre os processos de negociação da altura e os atuais?**

**MT -** Imagino que, estando à frente da FNE o João Dias da Silva, com quem ainda trabalhei um bom bocado de tempo, algumas coisas sejam seme-

lhantes. Mas outras talvez não, porque eu admitia uma relação pessoal de proximidade com os governantes, em que era possível encontrarem-se soluções para os problemas dos professores e nem todos os dirigentes concordavam com esta linha, designadamente o João, mas foi a que seguimos.

**JF - Numa altura em que finalmente se reconhece a igualdade de género, considera que faltam mais mulheres no sindicalismo?**

**MT -** No meu tempo de vida útil no sindicalismo docente, não, o que era explicável pela proporção de mulheres existente na docência. Mas reconheço que quando estive na UGT, nas equipas diretivas, existiam duas ou três mulheres para uma quantidade de homens.

Na atualidade não sei o que acontece (risos). Posso dizer-lhe, sim, que na minha vida tanto académica, como sindical, nunca senti que me pusessem para trás por ser mulher.

Sabe, quando saí depois de 22 anos, achei que era justo que me dedicasse a outras coisas. Trabalhei no Instituto Superior da Educação e Trabalho (ISET), onde ocupei o lugar de Vice-Presidente. Formámos muitos professores, mas não quis acompanhar o trajeto da FNE para não ter de emitir opinião. Por isso, ao fim de 22 anos, desliguei.

**JF - O que é que a FNE traz de inovador ao sindicalismo da educação em Portugal?**

**MT -** Acho que tanto a Carreira Única como a vinculação realizada nos anos oitenta são pontos fulcrais. Há o problema da forma como falamos com os governos, porque nós quando chegávamos a acordo passávamos a escrito. No início foram vários os acordos verbais, mas foram cumpridos. A partir de determinada altura só aceitávamos fazer acordos escritos. Essa linha foi proposta pelo Luís de Melo.

Desenvolvemos muitas ações de luta com quase todos os Ministros, e isto serve para reforçar como a cor dos governos nos era indiferente. O que não era indiferente era a forma como eles viam e compreendiam o papel do sindicalismo. Nós não queríamos ser só ouvidos, mas também participar nas decisões. Isso foi sempre difícil de conseguir.

## FIZEMOS MUITO PELOS NÃO DOCENTES

**JF** – A proposta de Plano de Ação Sindical da FNE para o Triénio 1998-2000 tinha no título "COM TODOS MUDAR A ESCOLA CONSTRUIR O FUTURO". Vinte e quatro anos depois em que estado se encontra a escola do futuro?

**MT** - Acho que há grandes constrangimentos até porque há falta de professores. Dos que estão em serviço, muitos estão a contar o tempo para a aposentação, porque sei que são muito maltratados. Os mais novos não querem ser professores por isso mesmo. Sobre a situação atual parece que fui bruxa, porque sempre avisei os governos que deviam cuidar dos professores se não qualquer dia não valia a pena ser professor.

O que era preciso era um governo que tivesse golpe de asa e reconhecesse que as profissões da educação, saúde e justiça tinham de ter um tratamento que as tornasse atrativas em termos profissionais. Hoje há muitas escolas onde há violência contra os professores e não há uma maneira de levar os Ministros a tratar melhor esta questão. Claro que toda a gente fala sempre no dinheiro, mas não é só o dinheiro que faz falta. É também a consideração. O Ministério tem de ouvir os sindicatos, porque ao ouvir os sindicatos, está a ouvir os professores.

**JF** - O que é que a FNSP/FNE ganhou com a entrada dos sindicatos de Não Docentes?

**MT** - Ganhou muito. Dentro do meu sindicato existiam algumas pessoas contra. Mas se queríamos contribuir para um bom funcionamento da escola tínhamos que poder contar não só com os professores, mas também com o pessoal não docente. Ao entrarem Sindicatos de não docentes o nome da federação foi alterado para FNE, dando relevo à palavra Educação. Procuramos passar uma mística de trabalho, de qualidade da escola na cooperação dos diferentes profissionais, que eu penso que foi importante. Só o futuro julgará isso, mas tornou a FNE numa federação com uma visão mais integral da escola.

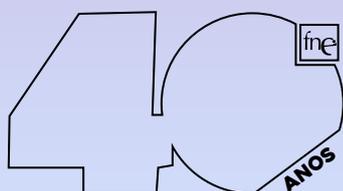
Fizemos muito pelos Não Docentes na altura, como por exemplo alcançando o Estatuto do Pessoal Não Docente e lembro-me que estava já tudo marcado com os meios de comunicação no Ministério para cobrir a assinatura do acordo quando o Ministério envia uma nota a dizer que não concordava com algumas coisas. E eu disse: "então não há acordo. Retirem o convite aos órgãos de comunicação". Eles não estavam à espera que eu fosse tão radical e acabámos ainda por negociar por telefone. Mas até hoje esse Estatuto está por levar prática por não ter sido regulamentado.

**JF** - Para concretizar a formação contínua de professores, foi criado o ISET. Como é que viu na altura a missão desta instituição e que papel desempenhou na melhoria das competências dos docentes e não docentes?

**MT** - O ISET foi criado por nós - com a grande alavanca de a Conceição Alves Pinto ser já Professora Catedrática e circular muito bem nos meios académicos. Mas tivemos de o negociar com vários ministros. Construímos um caminho baseado em módulos de formação, os docentes faziam uns e depois outros, isto para os bacharéis ou licenciados, porque estes últimos se fizessem o curso também ficavam com especialização.

Para os professores que não detinham graus académicos e para os trabalhadores não docentes desenhamos currículos baseados em disciplinas, os horários distribuíram-se entre sexta à tarde e sábado todo o dia. Foi muito interessante, porque tínhamos nas aulas docentes e não docentes e como fomentávamos o debate isso também ajudou a aproximar professores e pessoal não docente. Mas a nossa preocupação era a de preparar todos os profissionais para a vida na escola, num tempo que era muito difícil e que hoje é tão difícil ou mais.

**"Se queríamos contribuir para um bom funcionamento da escola tínhamos que poder contar não só com os professores, mas também com o pessoal não docente".**





### FALTA DE PROFESSORES É UM RETROCESSO

**JF - Como olha para formação profissional atual dos educadores e professores portugueses?**

**MT -** Não consigo dizer muita coisa. Do que sei hoje, através da televisão e também de alguns amigos e familiares professores, percebo que não há apoio suficiente aos professores, mas essa já é uma questão antiga.

As últimas orientações do Ministério, admitindo a contratação de pessoal sem habilitações, faz-nos recuar a 1975 e a alguns anos seguintes.

**JF - O que torna a FNE e a UGT indissociáveis?**

**MT -** São-no porque todos querem o mesmo. O sindicalismo da UGT e o da FNE são muito parecidos. Podem existir coisas em que uns se dispõem a ceder mais do que os outros, mas acho que é muito importante estarmos juntos. A unidade dos trabalhadores ajuda o mundo a avançar e acho que há essa unidade de pensamento e ação entre UGT e FNE. No meu tempo, a nível negocial éramos mais exigentes do que a UGT e muitas vezes discuti com o João Proença quando ele me ligava a debater a exigência que colocávamos aos governos. Mas essas diferenças nunca puseram em causa a força da nossa amizade.

Logo que o SPZN aderiu à UGT fizeram questão que eu assumisse um dos lugares de Vice-Secretária-Geral. Anos depois aceitei, não sem esforço, o lugar de Presidente.

**JF - Na sua ótica, quais são os maiores desafios da educação digital?**

**MT -** Acho que a entrada do digital na educação não vai ser muito complicada. A pandemia mostrou isso. A questão toda é para onde é que vai a escola se não houver apoio aos profissionais da educação. Porque a escola precisa de professores; esvazia-se sem eles; note-se que a falta de dignificação dos docentes está já a repercutir-se

na atual falta de professores que se tornou bem patente quando o Ministério contratou licenciados sem formação na área da educação e até com menos habilitações, o que acontecia em 1974!

É um retrocesso imenso. O digital não pode retirar da escola um elemento central na educação: o contacto. As pessoas não devem e não podem ser educadas por máquinas. Claro que daqui a 40 anos muita coisa já terá mudado, mas a necessidade dos professores não deveria ser posta em causa.

**JF - Como imagina o sindicalismo daqui a 40 anos?**

**MT -** Não tenho dons de vidente, mas para mim o sindicalismo justifica-se sempre na área da defesa dos trabalhadores, da luta contra a exploração dos trabalhadores e é tanto mais eficaz quanto mais independente for dos partidos. Tendo raiz partidária isso não significa que os sindicatos devam pedir orientações aos partidos. Se houver independência e uma vontade inquebrantável de servir, acho que existirá sempre futuro, porque enquanto houver no mundo trabalhadores e empregadores haverá sempre necessidade de negociação e de confronto.

Há responsabilidade dos governos de garantir a importância do papel dos sindicatos e a esse nível gostei muito de ver o acordo de longo alcance que foi feito recentemente com a UGT e as confederações patronais. E isso é importante porque obriga a que os ministros tenham de dialogar e negociar com os representantes dos trabalhadores. Este acordo pode ser um motor para a mudança.

**JF - Para terminar que palavra escolheria para resumir estes 40 anos da FNE?**

**MT -** Numa palavra não consigo, mas numa frase talvez: luta pelos profissionais da educação e pela melhoria da escola.

**"Não tenho dons de vidente, mas para mim o sindicalismo justifica-se sempre na área da defesa dos trabalhadores, da luta contra a exploração dos trabalhadores e é tanto mais eficaz quanto mais independente for dos partidos".**

# AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGENS EM ESTUDO DA GULBENKIAN

A Fundação Calouste Gulbenkian divulgou, em 28 de novembro de 2022, no seu auditório 3, o estudo “Avaliação de Aprendizagens em Instituições Educativas”, sobre indicadores, modelos e experiências de monitorização e avaliação de aprendizagens e de desenvolvimento das crianças e jovens dos 3 aos 18 anos.

Com uma equipa de cinco investigadores e coordenação de Júlio Pedrosa, o estudo procurou recolher e analisar Modelos e Experiências de Avaliação de Aprendizagens das Crianças e Jovens dos 3 aos 18 anos, em Portugal e num leque alargado de países, construindo fundamentos para avaliar a situação em Portugal e propor desenvolvimentos e melhorias.

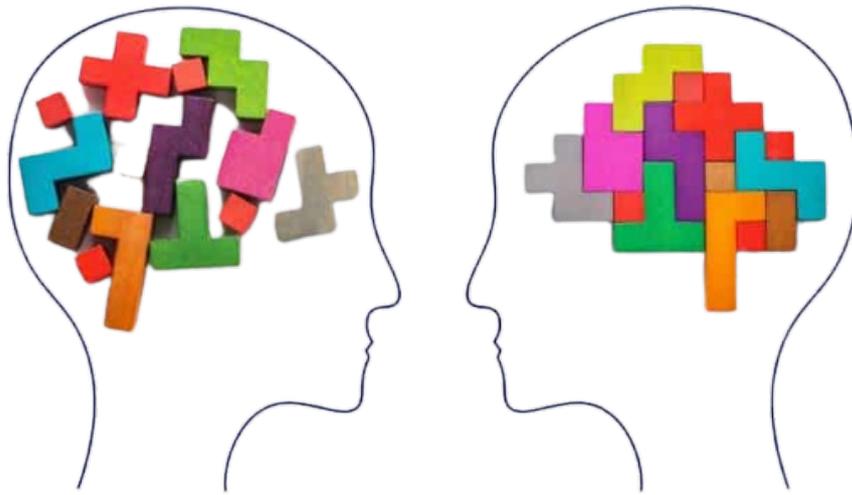
A evidência recolhida em vários contextos internacionais e contactos nacionais, associada às escolhas feitas em Portugal e consagradas na Legislação, permitiu sistematizar um conjunto de recomendações que podem apoiar medidas que contribuam para que a avaliação das aprendizagens seja verdadeiramente formativa.

O desafio lançado teve quatro componentes essenciais, a saber: 1) Estruturar uma abordagem aprofundada e bem fundamentada da avaliação formativa e da avaliação de competências

transversais; 2) Fundamentar e apresentar exemplos de boas práticas de formação para a Avaliação de Aprendizagens, com adequada ponderação de fatores a considerar (contextos, políticas nacionais, organização e governança da Educação Escolar, etc.); 3) Procurar estudar casos em que a avaliação da Educação Pré-escolar seja o foco; e 4) Tratar a avaliação na Educação Secundária, com atenção à diversidade de públicos e de programas, com especial atenção ao impacto e gestão da avaliação para acesso a Educação Pós-Secundária de oferta diversificada e diferenciada.

O estudo estrutura-se em seis capítulos predominantes: Avaliação de aprendizagens, Avaliação de aprendizagens em Portugal, Contextos e influências internacionais (entre outras, do Banco Mundial, União Europeia, UNESCO, OCDE, TIMSS, PIRLS e PISA), Casos de estudo internacionais (Singapura, Estónia, Alemanha, Noruega, Finlândia, Suíça, Reino Unido, Canadá, Brasil, EUA), Audições realizadas e, por fim, Recomendações para a construção e consolidação de um Sistema de Avaliação de Aprendizagens. Além daqueles, inclui ainda um conjunto de referências de grande valor, um anexo sobre a evolução da legislação portuguesa centrada na avaliação de aprendizagens e o guião da entrevista.





O estudo apresenta dez recomendações divididas em quatro grupos: a avaliação de aprendizagens na sua relação com a avaliação em escala macro; a avaliação de aprendizagens na sua relação com a escala meso de avaliação; a avaliação de aprendizagens na sua relação com a escala micro de avaliação educacional e com os contextos reais das institucionais; e a avaliação de aprendizagens na sua relação com a investigação.

A quinta recomendação diz respeito a planear e acompanhar práticas de avaliação de aprendizagens nas escolas, promovendo uma adequada articulação da avaliação formativa com a avaliação sumativa, que continua a ser um dos maiores desafios do sistema educativo português, logo desde a formação inicial de professores até ao desenvolvimento de toda a sua carreira.

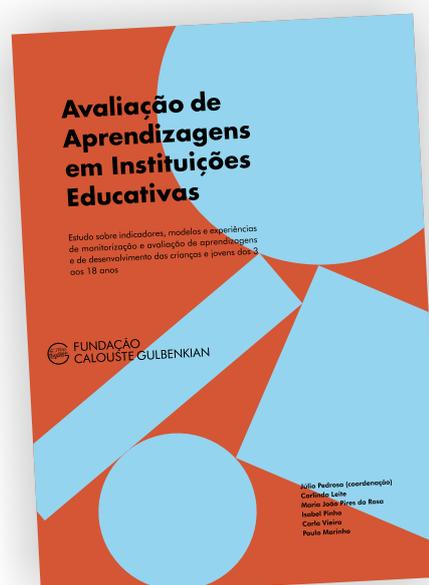
A este propósito, relembramos dois documentos provindos da OCDE, que ainda hoje mantêm a sua relevância. Falámos de “Teacher Evaluation in Portugal, OECD Review”, de Paulo Santiago, Deborah Roseveare, Gonnies van Amelsvoort, Jorge Manzi e Peter Matthews (julho de 2009) e de “OECD Reviews of Evaluation and Assessment in Education: Portugal 2012”, da autoria de Paulo Santiago, Graham Donaldson, Anne Looney e Deborah Nusche. Um resumo destes dois documentos poderia cingir-se, embora de forma primária, a duas conclusões principais: avaliar não é só dar notas e fazer exames; e um ensino mais preocupado com a obtenção de notas positivas que na melhoria escolar dos alunos é uma consequência negativa de uma medição que não coloca uma ênfase suficiente na vertente formativa da avaliação.

Uma outra conclusão do estudo é que Portugal deve aproveitar melhor a participação de alunos portugueses em avaliações internacionais. Esta é

uma posição defendida há muitos anos pela FNE, tanto no nosso país (no Ministério da Educação, na formação, nas escolas e nos professores), como em instâncias internacionais, como a ONU, a OCDE ou a Comissão Europeia.

O estudo da Fundação Gulbenkian, coordenado por Júlio Pedrosa, apresenta evidência de que acompanhar e promover as aprendizagens, medir e aferir os resultados alcançados, interagir de modo regular, sistemático, em sala de aula, são ações fundamentais para a qualidade da educação. Uma tal orientação, deve ser apropriada por todos os atores e grupos de interessados, a envolver, de modo sistemático, no desenvolvimento de uma estratégia e plano de ação educativos.

Um documento absolutamente obrigatório para todos os que se interessam pelas questões da avaliação de aprendizagens.



**Este é um documento obrigatório para todos os que se interessam pelas questões da avaliação de aprendizagens.**

# OS PROFESSORES ESTÃO CANSADOS DE SER MAL TRATADOS

Estamos a viver tempos muito difíceis na educação.

Merecidamente, a sociedade reconheceu que durante a pandemia as escolas e os professores foram exemplares a adaptarem-se e a flexibilizarem-se, mantendo o empenho e a qualidade do trabalho realizado.

Seria espectável que, como forma de reconhecimento, o Ministério da Educação mostrasse abertura para resolver alguns dos vários e graves problemas que os professores enfrentam há mais de uma década.

Pelo contrário, em vez de reconhecimento, o ME criou mais um motivo de descontentamento para os professores, ao modificar, para pior, as regras da Mobilidade Por Doença.

Se no final do passado ano letivo os professores acabaram o ano esgotados, cansados e desanimados, iniciaram este ainda com mais motivos de descontentamento.

Logo no mês de setembro, o Ministério propôs que fossem os Diretores das Escolas a selecionar e a recrutar os professores, abrindo assim caminho para a municipalização da educação.

Em outubro, o governo faz mais uma provocação ao apresentar aumentos salariais de cerca de 2%, quando nos últimos 10 anos perdemos mais de 20% de poder de compra.

Este acumular de afrontas levou a FNE a convocar uma greve, no dia 2 de novembro. Esta greve teve uma forte adesão, que obrigou o ME a recuar nas matérias de concursos e da municipalização e a aproximar-se das nossas propostas. Aceitou aumentar os lugares de QE e de QA, em função das reais necessidades das escolas e dos agrupamentos e a diminuição da área geográfica de cada um dos QZP. Esta evolução do ME permitirá aumentar a estabilidade profissional, mas não resolverá todo o descontentamento.

Há outras matérias que o ME ainda não quis colocar na mesa das negociações e que contribuem igualmente para os tempos difíceis que a educação e os professores enfrentam e aos quais o governo tem de dar rapidamente resposta eficaz e clara, porque são fatores que criam mau estar docente e revolta.

Os professores merecem a recuperação do tempo de serviço congelado.

Os professores merecem a eliminação das quotas de acesso ao 5º e 7º escalões.

Os professores merecem uma significativa melhoria salarial.

O Ministério da Educação tem de diminuir o trabalho burocrático.

O Ministério da Educação tem de corrigir os erros desta Mobilidade Por Doença.

O Ministério da Educação tem de assumir que não é admissível professores contratados só ingressem nos quadros depois dos 45 anos de idade e mais de 20 de serviço.

O Ministério da Educação tem de repor condições justas e equitativas para a aposentação.

Portugal merece um excelente sistema educativo, capaz de atrair mais e os melhores professores.

Os professores merecem ser respeitados e valorizados.

Os professores estão cansados de ser mal tratados.



**Manuel Teodósio**  
Presidente em exercício do SPZC

# OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES DA EDUCAÇÃO E AS CARREIRAS ESPECIAIS



No último artigo abordamos a contratação coletiva na Administração Pública, contratação especificamente virada para as autarquias, entidade empregadora na qual os não docentes foram

obrigatoriamente integrados nos respectivos mapas de pessoal.

Hoje abordaremos um tema já antigo e muito do nosso agrado: a integração dos não docentes numa carreira especial, à semelhança do que sucedera com a publicação do DL 515/99 de 24 de novembro, que aprovou o Regime Jurídico de Pessoal Não Docente, diploma alcançado após longas negociações com sucessivos governos durante cerca de dez anos, em que a Doutora Manuela Teixeira e o Dr. Luís de Melo tiveram um supremo papel, que culminou com a publicação do citado DL 515/99.

Um Bem Hajam.

Porque falamos num diploma já revogado? Porque este diploma continha tudo os que os não docentes precisavam para definir suas carreiras, seus conteúdos funcionais, progressões e formação obrigatória e contínua, inerentes à sua carreira.

O que pretendeu o governo de Sócrates com a publicação da Lei 12-A/2008, a Lei de Vínculos de Carreiras e Retribuições? Acabou com a especificidade de muitas funções, nomeadamente as dos Auxiliares de Ação Educativa e dos Assistentes de Administração Escolar e tornou-os em trabalhadores generalistas, falando português e

claro “pau para toda a colher”, esquecendo-se da especificidade inerente às suas funções, pois trabalhamos com os docentes numa das duas missões mais importantes deste país, nas palavras do Sr. Presidente da República, a Educação e a Saúde.

Portanto, o ano de 2023 deverá ser um marco para levarmos o Ministério da Educação à mesa da negociação para criarmos uma carreira especial que englobe os Trabalhadores Não Docentes, com um duplo objetivo: criar melhores condições de trabalho para estes trabalhadores da educação, nomeadamente estabelecimento de conteúdos funcionais específicos, não generalistas como sucede actualmente, e a obrigatoriedade da formação específica dirigida ao relacionamento com a comunidade educativa.

Estes trabalhadores não docentes, para além de estarem integrados num local de trabalho em que a “*matéria-prima*” principal são os alunos, não se esquecem do seu outro trabalho de apoio aos docentes, tanto nos seus projectos como nas suas ausências e, por último, o de estarmos melhor preparados para as relações interpessoais que obrigatoriamente se estabelecem com os pais dos alunos, na portaria, nos espaços de recreio e nos serviços administrativos, etc., relações por vezes muito difíceis de levar a bom porto.

Deixo-vos este desafio e ao mesmo tempo os nossos sinceros votos pessoais e dos dirigentes do **STAAE Zona Centro** para que o ano de 2023 seja pleno de saúde e êxitos pessoais e sindicais.

**Doutor João Gois Ramalho**  
Presidente do STAAE Zona Centro



# CPLP-SE NA GUINÉ-BISSAU COM A INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

A FNE integrou uma missão técnica conjunta da CPLP-SE (Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa) e da IE (Internacional da Educação) à Guiné-Bissau, que decorreu entre os dias cinco e 12 de novembro do corrente ano.

Os objetivos principais foram a capacitação e valorização dos professores guineenses, envolver o SINAPROF (Sindicato Nacional dos Professores) no diálogo social da educação do país, promover a sua organização interna e incluir a sua participação nos projetos de financiamento em curso de organizações internacionais, naquele país africano.

A delegação conjunta foi formada por José Augusto Cardoso (secretário-geral da CPLP-SE), Jefferson Pessi (elemento coordenador do departamento de cooperação e desenvolvimento da IE), Dennis Sinyolo (diretor do Escritório Regional Africano da IE em Acra, no Gana), além de quatro representantes de organizações membro da CPLP-SE: José Costa (FENPROF), Joaquim Santos (FNE), Hamilton Sulo (SINPROF - Angola) e Jailson Lopes (SINDEP – Cabo Verde).

No dia cinco de novembro, a delegação foi recebida calorosamente por alunos e associados do SINAPROF, no Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, em Bissau. Aqueles educadores expressavam, de uma forma eufórica, o relevante papel sindical dos docentes na esperança de uma evolução nas condições de trabalho e na Educação naquele país africano.

Na receção à comitiva encontravam-se Domingos de Carvalho, Presidente do SINAPROF, e Malam Ly Baldé, Secretário-Geral da Confederação Geral dos Sindicatos Independentes da Guiné Bissau (CGSI-CI). Para Domingos de Carvalho, o objetivo da delegação conjunta à Guiné-Bissau era o de ajudar o SINAPROF a reforçar os laços de relações institucionais através de um sindicalismo inovador e o de “aumentar uma troca de experiências com os nossos parceiros da CPLP-SE”, além do reforço “da nossa capacidade organizacional em vários domínios”.

O Presidente do SINAPROF demonstrou uma grande esperança na parceria com a IE e a CPLP-SE e considerou-a absolutamente fulcral para atingir dois objetivos essenciais: a tão merecida e desejada capacitação dos professores da Guiné-Bissau e a promoção da Educação e de um ensino inclusivo de qualidade no seu país.





*A delegação da CPLP-SE com a Ministra da Educação Martina Moniz (ao centro)*

**A CPLP-SE, que representa a lusofonia na IE, deixou à Ministra da Educação uma mensagem de adoção sindical de novos caminhos e novas alternativas**

### AUSÊNCIA DE DADOS CREDÍVEIS

No domingo, seis de novembro, a delegação partiu para o conhecimento da realidade local. Isso incluiu uma visita à sede do SINAPROF, cujas instalações se encontravam em situação extrema de precariedade física e praticamente sem recursos materiais, incluindo mobiliário e equipamentos de escritório.

No dia 7 de novembro, houve duas audiências, previamente agendadas com as autoridades do país. A primeira foi com a ministra da Educação, Martina Moniz, responsável pela política educativa da Guiné-Bissau. A delegação da CPLP-SE explicou as intenções da visita, entre as quais a adoção de um sindicalismo moderno e inovador, que valorizasse, em torno do diálogo social, a escola pública de qualidade e inclusiva, com a participação do SINAPROF, e a capacitação e valorização dos professores guineenses.

A CPLP-SE, que representa a lusofonia na IE, deixou à Ministra da Educação uma mensagem de adoção sindical de novos caminhos e novas alternativas, através de ações de cooperação e de trabalho conjunto, tendo como pano de fundo a Educação como um direito humano fundamental e universal.

Por sua vez, Martina Moniz falou das inúmeras dificuldades e desafios do país, deixando a ideia da inexistência de dados exatos e credíveis sobre o real funcionamento do sistema educativo — incluindo número de escolas, de alunos, de professores —, que acabam por ter um efeito nefasto na vida e nas condições de trabalho docente no país.

No mesmo dia, a delegação reuniu com o Ministro da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social, Cirilo Mama Saliu Djalo (ex ministro da Educação do país). Domingos de Carvalho, presidente do SINAPROF, partilhou as grandes preocupações dos trabalhadores da educação, sobretudo com salários, condições de trabalho e situações de precariedade laboral.

Ao fim da manhã do dia 8 de novembro, a CPLP-SE e a IE foram recebidas numa terceira audiência, muito cordial, dessa vez com o primeiro-ministro Nuno Nabiam, no Palácio do Governo da República da Guiné-Bissau. Dennis Sinyolo incentivou Nuno Nabiam a integrar iniciativas relacionadas com o Escritório Regional Africano da IE, proposta imediatamente aceita pelo Primeiro-Ministro guineense.

Por fim, nessa mesma tarde, ocorreu em Bissau uma importante reunião na delegação local da Unicef, que visou a participação e a integração do SINAPROF em programas de financiamento daquela organização mundial.



*Visita a uma escola pública em Bissau*



*Em contexto de formação*



*Da esquerda para a direita: José Augusto Cardoso (SG da CPLP-SE), Jeff Pessi (IE), Eliticia Nataniela (SINPROF), José Costa (FENPROF) e Joaquim Santos (FNE)*



*Domingos de Andrade, Presidente do SINAPROF, no encerramento do seminário*

## LÍNGUAS EM PORTUGUÊS

Nos dias 9 e 10, realizou-se, no Hotel Dúnia, em Bissau, o seminário “Inovar Para Transformar a Educação — Desafios e oportunidades para os sindicatos da lusofonia”. Este espaço de partilha de conhecimento e de propostas de ação foi determinante para capacitar os dirigentes sindicais do SINAPROF e para dar a conhecer os verdadeiros e reais problemas dos professores na Guiné-Bissau, em todas as suas dimensões.

Os participantes refletiram sobre os desafios dos sistemas educativos, identificaram oportunidades de colaboração entre os sindicatos da lusofonia e estabeleceram as bases de um plano de ações para promover políticas educativas inovadoras. Da agenda fizeram parte a análise do contexto político, económico, social e tecnológico, exemplos recentes e temas pendentes de políticas públicas e reformas educativas ou recursos, processos e propostas atuais em torno da capacidade de inovação sindical.

Um dos focos do seminário desenvolveu-se à volta da importância da capacidade de organização interna dos sindicatos e da sua influência nos resultados sindicais. Nesse sentido, definiram-se propostas de ação passíveis de serem postas em prática nos próximos seis meses, um ano e dois anos.

Definiram-se ainda propostas de ação sindical inovadoras a respeito de condições de ensino e de aprendizagem. Por último, o coletivo apresentou propostas para ações futuras, dentro do tema da capacidade de inovação sindical.

Num dos países mais pobres do mundo, em que a pobreza atinge cerca de 70% da população, a luta pela escola pública de qualidade gratuita e inclusiva e por condições dignas de trabalho para os profissionais da educação atinge proporções gigantescas.

Ainda mais num contexto político global de caráter neoliberal, de precarização laboral, de desmantelamento da proteção social e de convi-

vência de inúmeras formas de privatização da educação, que geram desigualdades e exclusão sem fim.

Na vida em sociedade na Guiné-Bissau convive, nos mais diversos lugares, uma enorme diversidade cultural de mais de 23 grupos étnicos, que perfazem um povo acolhedor e amável, do qual emerge a mais relevante das palavras: Solidariedade.

De acordo com relatos locais é esta solidariedade – entre vizinhos, famílias, comunidades - que evita situações de fome e que permite, muitas vezes, com que alguns consigam completar estudos, nomeadamente para se tornarem professores. Ir à escola é considerado positivo e há muitos jovens a percorrerem mais de dez quilómetros por dia para lá chegarem.

A mesma solidariedade abraça também os países da CPLP-SE, na luta por melhores condições socio-profissionais dos professores e educadores, por carreiras valorizadas, reconhecidas e dignificadas, pelo reforço da profissão docente no vasto conjunto do espaço comum da lusofonia.

Em suma, como afirmou José Augusto Cardoso, secretário-geral da CPLP-SE, “temos uma língua com muito mundo e, parafraseando José Saramago, gosto de pensar que não existe uma língua portuguesa, mas sim línguas em português”.

**Um dos focos do seminário desenvolveu-se à volta da importância da capacidade de organização interna dos sindicatos e da sua influência nos resultados sindicais.**



# INTEGRAR A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO NA EDUCAÇÃO

Integrar — ou incorporar — a **Segurança e Saúde no Trabalho (SST)** na educação significa abordar sistematicamente estas matérias nas salas de aula. O ideal é que passe a fazer parte da vida quotidiana de professores, alunos, trabalhadores não docentes e pais.

Se as crianças começarem a familiarizar-se com o tema da segurança e saúde à medida que aprendem a ler e escrever esta questão passa a integrar naturalmente o seu modo de trabalhar, brincar e viver. Desta forma, desenvolvem uma atitude positiva face à segurança e saúde, que com toda a certeza os acompanhará durante toda a sua vida profissional.

## CRESCER EM SEGURANÇA, VIVER EM SEGURANÇA: EDUCAÇÃO COM ÊXITO EM MATÉRIA DE SST

A integração da SST em determinadas disciplinas produz melhores resultados do que ensinada como uma matéria em separado. Os exemplos de aprendizagem e da vida real baseados em atividades ajudarão a passar a mensagem adequada às crianças e aos jovens. As principais mensagens podem ser repetidas de diferentes maneiras junto de diferentes grupos etários, seja em escolas primárias ou centros de formação profissional.

A abordagem da «escola como organização» é o modelo ideal. A integração da SST em níveis de educação mais avançados é mais difícil e está menos bem desenvolvida, em especial em universidades. Contudo, aplica-se o mesmo modelo «instituto como organização». Trabalhar em rede e em parceria com as autoridades de SST são fatores chave para uma integração bem-sucedida.

## INTEGRAR A SST NA VIDA ESCOLAR

A abordagem da escola como organização reúne a educação e a gestão da escola. Os alunos e funcionários colaboram para fazer da escola um lugar seguro e saudável que permita trabalhar e aprender através:

- Da educação em matéria de riscos e gestão da SST, envolvendo os alunos na identificação dos perigos;
- Da promoção e educação para a saúde, recorrendo, por exemplo, a iniciativas destinadas a criar escolas saudáveis;
- Da promoção da dignidade e do respeito por todos, recorrendo, por exemplo, a campanhas anti-bullying (anti-intimidação);
- Do cuidado com o ambiente, recorrendo, por exemplo, à reutilização e reciclagem.

## SUGESTÕES PARA UMA INTEGRAÇÃO BEM-SUCEDIDA

Existem estudos de casos que nos dão a conhecer elementos que contribuem para o bom resultado da abordagem «da escola como organização»:

- Liderança por parte da direção pedagógica para motivar os funcionários e alunos;
- Participação dos alunos, pais e funcionários;
- Disponibilização de ferramentas e apoio de ordem prática, muito útil face a este objetivo;
- Ações de formação destinadas a professores;
- Trabalhar em rede entre escolas;
- Estabelecer uma cooperação entre as autoridades de SST e de educação;
- Pragmatismo e associação da educação em matéria de riscos a disciplinas do programa curricular.

**Fonte:** Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU\_OSHA)

# DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO DE 2022

[Despacho nº 14043-A/2022-DR nº 233/2022,  
1º Suplemento, Série II de 2022-12-05](#)

*Finanças - Gabinete do Ministro*

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o primeiro semestre do ano de 2023.

[Despacho nº 14043-B/2022-DR nº 233/2022,  
1º Suplemento, Série II de 2022-12-05](#)

*Finanças - Gabinete do Ministro*

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o segundo semestre do ano de 2023.

[Resolução do Conselho de Ministros  
nº 121/2022-DR nº 236/2022,  
Série I de 2022-12-09](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030.

[Portaria nº 292/2022-DR nº 236/2022,  
Série I de 2022-12-09](#)

*Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*

Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2024.

[Despacho nº 14161/2022-DR nº 236/2022,  
Série II de 2022-12-09](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*

Determina o procedimento de atribuição de apoios sociais no ensino superior aos estudantes beneficiários de proteção temporária.

[Despacho nº 14162/2022-DR nº 236/2022,  
Série II de 2022-12-09](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete da Ministra*

Determina o reforço extraordinário das bolsas de ação social, e respetivos complementos, atribuídas aos estudantes de ensino superior.

[Despacho nº 14408/2022-DR nº 241/2022,  
Série II de 2022-12-16](#)

*Presidência do Conselho de Ministros e Finanças - Gabinetes da Ministra da Presidência, do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa*

Cria um grupo de trabalho com a missão de executar a reforma funcional e orgânica da Administração Pública prevista no Plano de Recuperação e Resiliência.

[Decreto-Lei nº 84-F/2022-DR nº 241/2022,  
1º Suplemento, Série I de 2022-12-16](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*

Aprova medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas.

[Despacho nº 14471/2022-DR nº 242/2022,  
Série II de 2022-12-19](#)

*Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro*

Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas nos serviços da administração direta do Estado, sejam eles centrais ou desconcentrados, e nos institutos públicos nos próximos dias 23 e 30 de dezembro de 2022.

[Resolução da Assembleia da República  
nº 83/2022-DR nº 243/2022,  
Série I de 2022-12-20](#)

*Assembleia da República*

Recomenda ao Governo que aprove um Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública para o período de 2023-2028 e que publicite os resultados da execução do Programa relativo ao período de 2015-2020.



+vantagens fne

## Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos



*Boas Festas  
e um  
Bom Ano Novo  
2023*

*Depois dos desafios tão difíceis que temos vindo a enfrentar, é tempo de desejar que o novo ano de 2023 possa constituir a oportunidade para o início da concretização de uma sociedade mais justa, sem precariedades, em solidariedade, saúde, segurança e bem-estar.*

